

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações
Internacionais Curso de Relações
Internacionais – FADIR

MARCELO RODRIGUES LOPES

**COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE: DISCURSO TEÓRICO DE
COOPERAÇÃO E O PROSAVANA**

Dourados - MS

2018

MARCELO RODRIGUES LOPES

**COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE: DISCURSO TEÓRICO DE
COOPERAÇÃO E O PROSAVANA**

“Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Alfa Oumar Diallo.”

Dourados - MS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L864c Lopes, Marcelo Rodrigues
Cooperação Técnica Brasileira em Moçambique: Discurso teórico de
Cooperação e o ProSAVANA / Marcelo Rodrigues Lopes -- Dourados:
UFGD, 2018.
52f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Alfa Oumar Diallo

TCC (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito
e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados.
Inclui bibliografia

1. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. 2. Cooperação
Sul-Sul. 3. ProSAVANA. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 09 de fevereiro de 2018, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais o (a) aluno (a) **Marcelo Rodrigues Lopes** tendo como título "Cooperação técnica brasileira em Moçambique: Discurso teórico de Cooperação Sul-Sul e o ProSAVANA".

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. Alfa Oumar Diallo (orientador/a), Dr. Mario Teixeira de Sá Junior (examinador/a) e Me. Deborah Silva do Monte (examinador/a).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado (a) Aprovado.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Dr. Alfa Oumar Diallo
Orientador/a

Dr. Mario Teixeira de Sá Junior
Examinador/a

Me. Deborah Silva do Monte
Examinador/a

Dedico este trabalho aos meus pais Laurindo Romero
Lopes e Tereza Maria Rodrigues Lopes.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço meu pai Laurindo Romero Lopes e minha mãe Tereza Maria Rodrigues Lopes, por serem pais defensores da educação inclusiva, sem os seus esforços e suporte a minha entrada e permanência na universidade não teria sido possível. Com chuva ou com sol vocês lutam pela educação dos seus filhos, eu não tenho como expressar a gratidão que eu sinto por vocês. Um forte abraço às minhas irmãs: Laurisa, Valquiria e Vanessa.

Agradeço à Deus por ter trazido alívio e paz em minha vida, a vida acadêmica é encantadora, mas também desafiante. Obrigado ao Centro Espírita Amor e Caridade por sempre me receber de portas abertas. Gratidão aos meus amigos e inspirações do Reiki que tanto me ajudaram na minha jornada de controle de ansiedade que tem sido um grande desafio em minha vida, bem como durante a construção deste trabalho. Um enorme abraço à: Haydê Gomes da Silva, Tatiana Rojas, Márcia Xixa e ao nosso mestre Gilberto Falchi. Além de todos os outros amigos que o Reiki que deu.

Agradeço à minha mãe de coração, Vörös Emőke, que sempre foi uma apoiadora dos meus estudos. Obrigado pelo empenho e paciência em me motivar a estudar. Bem como uma das professoras que mais admiro e que também teve um papel essencial na minha formação minha tia do coração Vörös Tünde.

Aos meus amigos de Moçambique que mudaram meu jeito de ver o mundo e foram pessoas essenciais em minha vida. Um abraço afetuoso Josephine Herbert, Djabo Joaquim, Jordão Vitorino Saide, Mimi Ocadiz, Amanda Chiara, Júnior Lindberg, Marina Masetti, Antonia Wolf, Inocencia, Beni, Fenna Imara, Roberto Fernandes e tod@s com quem me relatei durante minha estadia. Sem dúvida, a minha experiência influenciou fortemente a escolha do meu tema de pesquisa. Uma agradecimento especial à Maysa Romualdo, Camila dos Santos, Irce Silveira, Joel, Murilo Tafarel e Tim Bosch ,

vocês foram pessoas incríveis ao me ajudar de braços abertos nas dificuldades que tive em Moçambique. Eu jamais vou esquecer os amigos que vocês foram! Obrigado aos professores idealizadores do projeto Alfa Diallo e Mário Sá. Obrigado à CAPES pela viabilização financeira. Não posso esquecer de agradecer duas pessoas que foram inspiração para embarcar nessa rica experiência: Adriana Elisa Bozzetto e Patrícia Pereira.

Agradeço à Adriana Elisa Bozzetto, Bianca Andrade, Patrícia Pereira e Vanessa Lopes por terem me ajudado na revisão ortográfica e verificação da coesão e coerência textual. Vocês foram ótimas!

Aos meus amigos especiais que a UFGD me proporcionou, vocês vão sempre ter um lugar em meu coração: Adriana Santos, Adriana Bozzetto, Alice Rocha, Bruna Weber, Lucas Carrilho, Luara Resende, Amanda Coutinho, Dânia Mantovani, Luiz Mantovani, Jéssica Shirata, João Riro, Thamires Ritter.

Aos professores e professoras que tive durante a minha graduação. Um obrigado especial ao meu orientador, Alfa Oumar Diallo. Bem como ao professor Bruno Boti Bernardi, que mostrou ser um excelente coordenador do curso e sempre me auxiliou com assiduidade e assertividade, é gratificante ter um profissional tão responsável e comprometido na FADIR.

Cooperação técnica brasileira em Moçambique: Discurso teórico de
Cooperação Sul-Sul e o ProSAVANA

RESUMO

O Brasil tem se tornando um grande ator na Cooperação Sul-Sul (CSS). Sobretudo a partir do Governo Lula, o crescimento do protagonismo do Brasil enquanto doador internacional tem ganhado força expressiva.

Neste trabalho, buscaremos fazer uma análise da atuação brasileira no ProSAVANA enquanto um doador internacional, com a finalidade de averiguar se o Brasil segue os princípios da Cooperação Sul-Sul na prática. A fim de inferir o comportamento da cooperação brasileira no programa, será realizada uma investigação sobre o conceito de Cooperação Sul-Sul, apontando seus princípios e objetivos. Nesse processo, será aprofundado o tema da

Cooperação Técnica internacional, modalidade na qual o ProSAVANA se encontra. Por fim, serão estudados os resultados observados do ProSAVANA a partir de diversas visões.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; ProSAVANA; Doador emergente

Brazilian International Technical Cooperation in Mozambique: South- South
Cooperation Theoretical discourse and ProSAVANA

ABSTRACT

Brazil has become a major player in South-South Cooperation (SSC). Especially since the Lula Government, the growth of Brazil's role as an international donor has gained significant strength. In this work, we will try to analyze the Brazilian performance in ProSAVANA as an international donor, in order to find out if Brazil follows the principles of South-South Cooperation in practice. In order to infer the behavior of Brazilian cooperation in the program, an investigation will be carried out on the concept of South-South Cooperation, pointing out its principles and objectives. In this process, the theme of International Technical Cooperation will be deepened, modality in which ProSAVANA finds itself. Finally, the observed results of ProSAVANA will be studied from different perspectives.

Keywords: South-South Cooperation; ProSAVANA; emergent donor

SUMÁRIO

<u>Introdução.....</u>	<u>10</u>
<u>Capítulo 1. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.....</u>	<u>11</u>
1.2 - Cooperação Sul-Sul.....	14
1.3 - Cooperação Técnica Internacional.....	18
<u>Capítulo 2. ProSAVANA.....</u>	<u>22</u>
2.1 - ProSAVANA e as necessidades moçambicanas.....	27
2.2 - <u>Negócios no Corredor de Nacala.....</u>	<u>29</u>
2.3 - <u>Transparência e Usurpação de Terras.....</u>	<u>32</u>
<u>Considerações Finais.....</u>	<u>35</u>
Referências.....	38

Introdução

Os princípios da Cooperação Sul-Sul (CSS) ao prestar apoio internacional a Moçambique no ProSAVANA são empregados? Existe alinhamento e sinergia ou uma há uma disparidade entre teórico e prático da Cooperação Sul-Sul pregada e realizada pelo Brasil?

Esta pesquisa busca fazer uma análise sobre o ProSAVANA, programa de cooperação técnica trilateral entre Brasil, Japão e Moçambique. O objetivo é avaliar a atuação do Brasil através de uma análise do programa. Para isso, será feita uma comparação em relação ao discurso teórico propagado pelo Brasil enquanto um doador internacional da Cooperação Sul-Sul (CSS) e a atuação do país em relação à aplicação do ProSAVANA. A partir disso, será possível averiguar se existe uma congruência entre discurso e prática.

O objetivo geral será investigar a atuação do Brasil e verificar se há ou não disparidade entre teórico e prático. Através disso, torna-se realizável adentrar sobre a construção de do Brasil no cenário internacional enquanto um doador internacional. Ou seja, se o Brasil segue o seu compromisso com os princípios da CSS que faz parte de um ato político com outras potências emergentes.

Para a realização deste trabalho foi feita uma revisão bibliográfica utilizando-se, por exemplo, textos acadêmicos e relatórios de organizações da sociedade civil. Isso para entender qual é a visão e a atuação do Brasil perante o seu papel de doador internacional.

O trabalho será dividido em dois capítulos. No primeiro é feita uma exploração sobre a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Técnica, introduzindo brevemente uma contextualização histórica do estabelecimento do ato de cooperar entre os Estados, até chegar no surgimento da Cooperação Sul-Sul. Ao tratar deste tipo de cooperação, será feita uma análise detalhada sobre pontos essenciais para compreender qual seu papel internacionalmente. Nessa perspectiva, serão tratados marcos históricos, extensão da presença dos doadores emergentes nos últimos anos, princípios e intenções dos Estados e visão de inserção em um cenário internacional assimétrico. Já no segundo capítulo, será abordado o ProSAVANA. Para isso, buscar-se-á uma explanação acerca do programa, sobretudo com

informações oficiais disponibilizadas pelos governos envolvidos em contraposição a fontes não governamentais. Através dessa investigação, tentando entender com maior profundidade qual o discurso da Cooperação Sul-Sul brasileira e sua relação com a prática, analisaremos o ProSAVANA através do uso de informações oficiais e não oficiais

Capítulo 1 - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) refere-se a ajuda que Estados, Organizações Internacionais ou atores privados que prestam a outros Estados, empenhando-se em resolver problemas de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos:

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) pode ser entendida como o conjunto de ações direcionadas e executadas por atores públicos e privados de distintos países que buscam, conjuntamente, promover um progresso mais justo e equilibrado no mundo, objetivando a construção de um planeta mais seguro e pacífico. (MANCCINI, 2013, p.1)

Dentro da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento há duas partes constituintes: Cooperação Norte-Sul, e Cooperação Sul-Sul. A Cooperação Norte-Sul é o modelo mais tradicional de cooperação, em que os Estados doadores são desenvolvidos e os Estados receptores estão em desenvolvimento. A Cooperação Sul-Sul, um fenômeno que ganhou força mais recentemente é a forma de cooperação em que os países em desenvolvimento se ajuda internacional entre si, podendo envolver países desenvolvidos quando se trata de cooperação trilateral.

Esta actividad pretende, particularmente, mejorar las condiciones de vida de las personas que habitan en los países del Sur, mediante la introducción de cambios económicos, sociales y políticos, que tienen que ver, entre otras cosas, con el fomento de los derechos humanos, la consolidación de la democracia y la asunción de valores y actitudes a favor de la paz y la solidaridad. (SANCHEZ, 2002, p. 24)

Neste trabalho, será dado ênfase à Cooperação Sul-Sul, modalidade em que o Brasil se destaca internacionalmente. Para compreender como se deu a

institucionalização do ato de cooperar entre países, faremos uma abordagem sobre suas origens antes de aprofundar ao assunto alvo.

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) surgiu de forma contínua e institucionalizada após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo a partir da prestação de auxílio por parte dos Estados Unidos aos países europeus afetados pelos danos da guerra, através do Plano de Recuperação Europeia, conhecido como Plano Marshall.¹ No período anterior à Segunda Guerra Mundial, havia apenas ajuda pontual de diferentes naturezas: diplomática, humanitária, por interesses políticos e econômicos. Não existia cooperação sistematizada e institucionalizada como atualmente existe, em que Estados têm orçamento e suas próprias agências de cooperação. As organizações internacionais de cooperação e desenvolvimento foram criadas após 1945, em sinergia com os esforços de cooperação mantidos pelos Estados. O

[...]Plano Marshall (oficialmente chamado de European Recovery Program) foi, de longe, o financiamento mais importante no processo inicial de institucionalização da CID. Do pacote total de US\$ 13 bilhões - ou seja, mais de 5% do PIB dos Estados Unidos em 1948 -, que foi definido e implantado entre 1947 e meados da década de 1950, aproximadamente 25% era composto de ajuda alimentar, envio de sementes e fertilizantes. (RIST, 1996 Apud MILANI, 2015, p. 37)

Esse número é significativo ao ser comparado com a porcentagem de verba de projetos anteriores de ajuda internacional. O plano Marshall é considerado o primeiro passo para a criação e institucionalização da OCDE² (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). A OCDE representa, atualmente a principal organização mundial para cooperação para o desenvolvimento econômico, composta pelas principais potências do sistema internacional.

Além do Plano Marshall, outros acontecimentos na época influenciaram no desenvolvimento da formação da cooperação internacional, como a independência de países africanos e asiáticos e a ascensão da onda nacional-desenvolvimentista na América Latina. Ainda sobre este período, após 1945, com o fim da Segunda

¹ Programa de ajuda econômica estabelecido em 1947 pelos Estados Unidos aos Países da Europa Ocidental, a gestão foi feita pela Organização Europeia para a Cooperação Econômica (OECE), que se tornou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1961.

² A OCDE é composta atualmente por 35 países, em grande maioria países desenvolvidos do Hemisfério Norte. Os países membros da OCDE são os chamados doadores tradicionais, termo que faz referência aos países desenvolvidos, responsáveis pela maior parte das doações, juntos correspondem à 70% da economia mundial, ou seja, as super potências econômicas fazem parte desse grupo e principalmente os Estados desenvolvidos, em exceção de poucos Estados emergentes (Chile, México, Turquia e países do leste europeu).

Guerra Mundial, houve a institucionalização dos organismos internacionais para apoiar o desenvolvimento. Dois exemplos dessas instituições são o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ainda tratando da institucionalização, a Guerra Fria foi outro fator importante no processo de formação e institucionalização da CID, pois a cooperação veio em forma de defesa dos interesses ocidentais em um mundo polarizado pelos blocos capitalista e socialista. A CID passou a fazer parte das estratégias do lado capitalista na competição ideológica.

Ponto fundamental no campo geopolítico do Ocidente, a legitimação da CID se sustentou em uma política anticomunista orquestrada nos meios de comunicação e nos setores governamentais, junto aos segmentos empresariais, às forças armadas e às classes médias. A luta anticomunista serviu de elo importante entre a CID e as agendas da política externa dos Estados Unidos. (Hook, 1995, Apud Milani 2015, p.35)

O combate à ameaça comunista foi fator determinante para garantir que o governo americano fizesse altos investimentos para apoiar os países aliados. Deste modo, Milani (2012) aponta que a principal razão para os esforços em reconstrução da Europa pelos Estados Unidos foi por conta da Guerra Fria, pois,

Com a guerra fria se institucionalizou e se legitimou o multilateralismo da cooperação para o desenvolvimento. Carol Lancaster afirma que -ao final da Segunda Guerra Mundial, a ajuda internacional, tal como a conhecemos nos dias de hoje, não existia (...). Se não tivéssemos vivido as ameaças da guerra fria, os Estados Unidos nunca teriam iniciado seus programas de ajuda internacional|| (Lancaster, 2007, p.1-3, tradução nossa). A política de competição entre a URSS e os EUA e a ameaça comunista foram, desse modo, fatores decisivos para o processo de institucionalização da CID. (MILANI, 2012, p. 212)

A Cooperação Norte-Sul passou a representar a forma mais significativa de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, sendo a modalidade mais ativa e presente em países do Hemisfério Sul. Tal volume é considerável até os dias atuais, mas há uma grande crítica feita pelos países receptores aos doadores tradicionais pelo fato da cooperação ofertada por esses países exigir uma moeda de troca, sendo em condicionalidades políticas, econômicas ou sociais. Além dos Estados em si, as próprias organizações internacionais fazem uso do sistema de

condicionalidades para o estabelecimento de um programa de cooperação ou a liberação de um financiamento, como o caso do FMI.

A cooperação norte-sul não é meramente um ato de generosidade, como se pode supor apressadamente. Ela tem mecanismos de compensação e, em muitos casos, é paga, o que sugeriria que se usasse outro conceito, como o de venda de serviços, para melhor qualificá-la. Entretanto, seria um reducionismo supor que, em todos os casos, existiriam interesses de natureza estritamente pecuniária. O que é certo afirmar é que, em todos os casos, haveria motivações, muito embora as formas de gratificação e compensação sejam de natureza bem diversa da pecuniária. (BAIARDI; RIBEIRO, 2011, p.597)

O modelo de cooperação Norte-Sul que impõe aos países receptores do sul um sistema de condicionalidades e assimetrias influenciou o movimento de Cooperação Sul-Sul. O conjunto das relações entre os dois tipos de atores (doadores e beneficiários) também é reflexo da economia política internacional, ou seja, das assimetrias e hierarquias existentes entre o centro e a periferia”. (MILANI, 2012, p. 211).

1.1 Cooperação Sul-Sul

Desse modo, pode ser entendido que a Cooperação Sul-Sul traz uma alternativa ao modelo norte-sul, a partir do século XXI a Cooperação Sul-Sul ganhou força com a ascensão de várias potências emergentes como, por exemplo, China, Brasil e Índia. Pelo fato do impulsionamento quantitativo da Cooperação Sul-Sul ser algo recente, ainda há pouco conteúdo sobre essa modalidade de cooperação, portanto, torna-se um desafio encontrar uma definição global:

Estudiosos da área ainda buscam assentar uma definição para a CSS a partir do discurso comum de vários países do hemisfério sul, para estabelecer diferenças em relação à cooperação Norte-Sul e identificar empiricamente as limitações desse discurso. Trata-se, portanto, de um campo aberto, cuja análise tem se lastreado na construção histórica do conceito de cooperação internacional para o desenvolvimento e no contexto das mudanças em que emerge o discurso sulista para a formulação de um novo equilíbrio de forças na ordem mundial. (ALMEIDA, 2015, p.75)

A Cooperação Sul-Sul cresceu em número de programas e investimentos recentemente. No entanto, a participação dos países emergentes em cooperação com outros países do Sul não é algo tão recente, pois é observado que já na década de 1950 havia ajuda pontual entre países do Sul global.

A origem das primeiras iniciativas de CSS costuma ser situada em meados dos anos 1950, quando alguns países do Sudeste Asiático – entre estes, a Tailândia em 1954 – efetuaram ações pontuais de cooperação técnica que foram imitadas e reproduzidas por Coreia do Sul, Índia e Cingapura – países que compatibilizar seu papel como receptores de ODA com o de incipientes cooperantes em seus entornos próximos. A China também registrou iniciativas de cooperação técnica bilateral desde o início da década de 1950 (SEGIB, 2008 p. 10; Iglesias, 2010 Apud Ayllon, 2014, p. 59)³

Dentro os acontecimentos históricos que configuram a Cooperação Sul-Sul, é importante mencionar a Conferência de Bandung, peça fundamental para o desenvolvimento da CSS, sobretudo no que diz respeito ao fortalecimento do compromisso de cooperação entre os Estados do Sul para o seu desenvolvimento econômico, político e social. Além dos benefícios de desenvolvimento doméstico, através da CSS reforçava-se, como já mencionado, a busca pela ascensão da participação dos Estados do Sul nas relações internacionais. Basicamente,

A dinâmica de aproximação entre Índia e China e o bom clima político entre os países em desenvolvimento estenderam-se a outras nações asiáticas, nas margens que a Guerra Fria oferecia. Este processo culminou na primeira fase, na Conferência de Bandung, momento fundamental da solidariedade entre os países em desenvolvimento. As relações Sul-Sul foram consideradas, ao mesmo tempo, como instrumento e objetivo compartilhado que devia propiciar o diálogo político e a articulação entre países em desenvolvimento, com a finalidade de ganhar peso nas organizações internacionais e reduzir as assimetrias do sistema econômico mundial. (AYLLON, 2015, p. 60)

Através da Conferência de Bandung estabeleceu-se os dez princípios orientadores para a Cooperação Sul-Sul, trazendo uma nova configuração para a cooperação internacional. Os princípios são:

1. Respect for fundamental human rights and for the purposes and principles of the Charter of the United Nations.
2. Respect for the sovereignty and territorial integrity of all nations.
3. Recognition of the equality of all races and of the equality of all nations large and small.
4. Abstention from

³ Artigo integrante do material -Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento||

intervention or interference in the internal affairs of another country. 5. Respect for the right of each nation to defend itself singly or collectively, in conformity with the Charter of the United Nations. 6. (a) Abstention from the use of arrangements of collective defence to serve the particular interests of any of the big powers. (b) Abstention by any country from exerting pressures on other countries. 7. Refraining from acts or threats of aggression or the use of force against the territorial integrity or political independence of any country. 8. Settlement of all international disputes by peaceful means, such as negotiation, conciliation, arbitration or judicial settlement as well as other peaceful means of the parties' own choice, in conformity with the Charter of the United Nations. 9. Promotion of mutual interests and co-operation. 10. Respect for justice and international obligations. (EUROPEAN NAVIGATOR, 1995, p.9)

A Cooperação Sul-Sul surgiu para fazer com que países em desenvolvimento que ganhassem força em um cenário internacional encorpado por assimetrias de poder e peso de participação das nações do sul no sistema internacional, incluindo nos processos de tomada de decisão em organizações internacionais importantes como no Sistema ONU. Buscando atuar de uma forma diferente da Cooperação Norte-Sul, pregando uma maior horizontalidade e um sistema de ajuda sem condicionalidades políticas ou econômicas. Os doadores emergentes buscam –relação mais horizontal, solidária e integral do que a clássica cooperação –norte-sul|| com tendência unidirecional.|| (SANTOS; CERQUEIRA, 2013, p.29).

É justamente por recusarem a existência de diferença ou hierarquia na posição dos cooperantes que se convencionou chamar essa modalidade de cooperação de horizontal. No entanto, diferentemente da cooperação Norte-Sul, não há, nessa modalidade, qualquer concertação sobre percentual de concessão da ajuda ou instituição responsável pela orientação e monitoramento dos esforços. (ALMEIDA, p. 90)

Os princípios básicos que orientam a Cooperação Sul-Sul: horizontalidade, consenso, equidade. A horizontalidade diz respeito ao sistema de condicionalidades, independente do nível de desenvolvimento entre os Estados envolvidos na cooperação. O segundo princípio prega a existência de consenso entre as partes, sendo essencial que não haja a imposição de condições entre doador e receptor e todo devem estar participando ativamente do projeto. . O terceiro princípio diz respeito à distribuição equitativa dos benefícios. (SANTOS; CERQUEIRA, 2013, p.30)

A Cooperação Sul-Sul existe há décadas, mesmo entre os países mais pobres. A partir dos anos 2000, contudo, países que já foram recebedores de ajuda, tais como a China, Índia, Brasil, Venezuela, Coreia do Sul e Turquia, passaram a contribuir com volumes crescentes e expressivos (entre 500 milhões e 4 bilhões de dólares) em assistência ao

desenvolvimento ([UN-ECOSOC, 2008](#), [2009](#), [UNDESA, 2010](#)).²— Tais volumes são, em alguns casos, maiores que os fluxos de ajuda fornecida por alguns dos menores países-membros do CAD. Paradoxalmente, muitos desses países de renda média ainda são, ao mesmo tempo, grandes recebedores de ajuda por parte de parceiros externos. (BESHARATI; ESTEVES 2015, p.293)

Teve também importância para o desenvolvimento da Cooperação Sul-Sul o alto crescimento da economia e participação política nas relações internacionais de alguns países do sul. São as chamadas —potências emergentes||, formadas pelos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) Houve momentos em que, após esse período de ‘boom’ econômico, a contribuição quantitativa dos doadores emergentes chegaram até mesmo a ultrapassar os números da CNS. Todavia, alguns desses provedores internacionais emergentes ainda eram receptores de auxílio internacional oriunda dos países do norte.

Por outro lado, definir quem são os agentes da Cooperação Sul-Sul, ou seja os países do sul, pode não ser uma tarefa fácil pelo fato de serem muito distintos entre si, com indicadores vastamente discrepantes. Com isso, tem-se tornado mais difícil de enquadrar esses países com números, cenários e contextos tão diferentes em um único grupo. —Como assinalam alguns autores, é cada vez mais difícil identificar quem pertence ao —sul global||, pois está em curso processo de reformatação desta, vinculado à localização e ao deslocamento do poder em direção a novas geografias.|| (Lechini, 2012, p.17; Milani, 2012 Apud Ayllon, 2015, p.57).

Pelo fato do avanço da CSS ser algo recente, apontar as diferenças e similaridades entre CSS com a CNS ainda é uma tarefa desafiadora. Sendo assim, é possível dizer que um conceito mais complexo e abrangente ainda está por ser construído. Estados, organismos internacionais e estudiosos trazem definições sobre a CSS, possibilitando fazer uma conexão entre pontos comuns e divergentes entre a CSS e CNS:

Diferente da CNS, a CSS é um fenômeno relativamente recente nas relações internacionais e, como tal, o seu estudo apenas experimentou um avanço significativo a partir do início deste século. Estudiosos da área ainda buscam assentar uma definição para a CSS a partir do discurso comum de vários países do hemisfério sul, para estabelecer diferenças em relação à cooperação Norte-Sul e identificar empiricamente as limitações desse discurso. Trata-se, portanto, de um campo aberto, cuja análise tem se lastreado na construção histórica do conceito de cooperação internacional para o desenvolvimento e no contexto das mudanças em que emerge o

discurso sulista para a formulação de um novo equilíbrio de forças na ordem mundial. (ALMEIDA, 2015, p.75)

-

|

1.2. Cooperação Técnica Internacional

A ajuda prestada aos Estados na Cooperação Sul-Sul é classificada em diversas modalidades de acordo com a necessidade de desenvolvimento do país que recebe ajuda.

As modalidades que essa cooperação adota são variadas (cooperação técnica, ajuda humanitária, contribuições a fundos multilaterais, operações de paz, etc.). Além da dimensão bilateral, está ganhando peso a cooperação trilateral, com a parceria entre diversos países do Sul, do Norte (Estados Unidos, Japão, Inglaterra, etc.), e organismos internacionais (Programa Mundial de Alimentos, Organização das Nações Unidas para a Alimentação, entre outros). (MUNHOZ, 2016, p.9)

A Cooperação Técnica é expressiva no âmbito da Cooperação Sul-Sul e

[...] também chamada de -cooperação horizontal| – tornou-se um instrumento importante para a estratégia de cooperação sul-sul e ganhou novos contornos políticos, econômicos e estratégicos. O princípio da -horizontalidade| representou uma alternativa à -verticalidade| – transferências unilaterais de -pacotes prontos| – então conhecida como ajuda internacional Norte-Sul. (ALMEIDA, 2010, p. 26)

Para entender sobre o ProSAVANA, programa brasileiro estabelecido em Moçambique, e objeto de estudo deste trabalho, analisaremos a Cooperação Técnica. Segundo a Agência Brasileira de Cooperação, responsável por todo o processo de cooperação técnica internacional prestada pelo Brasil com vinculação ao Ministério das Relações Exteriores, através de seu site oficial,

As iniciativas de cooperação técnica são ferramentas que fomentam o desenvolvimento, promovendo a capacitação humana e institucional e levando a mudanças estruturais na realidade socioeconômica dos países aos quais se destinam. São exemplos de atividades de cooperação técnica a transferência ou o compartilhamento de conhecimentos, experiências e boas práticas entre Governos – bilateralmente ou por meio de organização internacional –, em bases não comerciais. (–MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES) ⁴

⁴ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3686-cooperacao-tecnica>

O grande marco histórico da Cooperação Técnica é a Conferência sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, realizada em Buenos Aires, em setembro de 1978 (ALMEIDA, 2015, p.91). Esse tipo de cooperação pode ser estabelecida de modo bi ou trilateral, como é o caso do ProSAVANA, em que Brasil, Japão e Moçambique estão envolvidos. O jogo de membros pode ser constituído entre Estados, ou entre Estados e organizações internacionais.

No Brasil, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão que integra o Ministério das Relações Exteriores (MRE), é o principal ator para o estabelecimento e andamento dos programas de cooperação técnica do governo brasileiro. A atuação da ABC segue a orientação de política externa do governo brasileiro. Para viabilizar projetos, a ABC conta com o apoio de órgãos internos, por exemplo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (-Embrapa), Fundação Oswaldo Cruz (-Fiocruz).

As iniciativas de cooperação técnica são ferramentas que fomentam o desenvolvimento, promovendo a capacitação humana e institucional e levando a mudanças estruturais na realidade socioeconômica dos países aos quais se destinam. São exemplos de atividades de cooperação técnica a transferência ou o compartilhamento de conhecimentos, experiências e boas práticas entre Governos – bilateralmente ou por meio de organização internacional –, em bases não comerciais. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES)

Segundo consta no site oficial da ABC, a agência tem como atribuição —negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica|. As áreas abrangidas pelos programas de cooperação em que o governo brasileiro participa são: desenvolvimento social, gestão pública, agricultura, energia, meio ambiente, educação e saúde. Os setores, segundo ABC, com o maior número de projetos em andamento são agricultura, saúde, educação, meio ambiente e administração pública.

As iniciativas de cooperação técnica são ferramentas que fomentam o desenvolvimento, promovendo a capacitação humana e institucional e levando a mudanças estruturais na realidade socioeconômica dos países aos quais se destinam. São exemplos de atividades de cooperação técnica a transferência ou o compartilhamento de conhecimentos, experiências e boas práticas entre Governos – bilateralmente ou por meio de organização internacional –, em bases não comerciais. (-MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES)

Através da cooperação técnica Sul-Sul, o Brasil, em seu discurso oficial, desenvolve capacidades do país receptor através da transferência de conhecimento.

O Governo brasileiro tem como pressuposto fundamental que a cooperação técnica recebida deve contribuir significativamente para o desenvolvimento sócio-econômico do País e para a construção da autonomia nacional nos temas abrangidos [...]o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento para a ampliação dos seus intercâmbios, para a geração, disseminação e utilização de conhecimentos técnicos, para a capacitação de seus recursos humanos e para o fortalecimento de suas instituições, por meio do compartilhamento de políticas públicas bem sucedidas. (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO)⁵.

Essa transferência de conhecimento se dá a partir da experiência que o Brasil passou em seu ambiente doméstico e busca reproduzir esse know-how adquirido com os desafios internos para outros contextos internacionais.

A cooperação técnica Sul-Sul é entendida como o intercâmbio horizontal de conhecimentos e experiências originados nos países em desenvolvimento cooperantes. A ideia é compartilhar lições aprendidas e práticas exitosas disponíveis no Brasil, geradas e testadas para o enfrentamento de desafios similares ao desenvolvimento sócio econômico. (BRASIL, 2013, p.13).

Na cooperação técnica promovida pelo Brasil, seus objetivos são elaborados com base no manual de gestão de cooperação técnica sul-sul. Conforme o site do ABC,

O seu foco é o desenvolvimento de capacidades, entendido como a identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e competências disponíveis no país parceiro, com vistas à conquista da autonomia local para o desenho e implementação de soluções endógenas para os desafios do desenvolvimento. (BRASIL, 2013, p.12).

O governo brasileiro reafirma o respeito aos princípios da Cooperação Sul-Sul em sua atuação através de documentos oficiais do Agência Brasileira de Cooperação, buscando normatizar o modo de agir do Brasil enquanto um doador internacional. Como consta no Documento de Estratégia da Agência Brasileira de Cooperação:

São princípios da cooperação técnica internacional brasileira: a promoção de autonomias nacionais na formulação e gestão de políticas públicas de desenvolvimento; a horizontalidade nas relações de cooperação e equilíbrio de interesses; o mútuo benefício; o respeito à soberania e a não ingerência

⁵ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3686-cooperacao-tecnica>

de uma parte cooperante nos assuntos internos da outra; a não imposição de condicionalidades; o reconhecimento e utilização das experiências e das capacidades locais; e o foco no desenvolvimento de capacidades humanas, institucionais e produtivas como base para o alcance de avanços qualitativos, mensuráveis e duráveis. (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2016, p.1).

Tratando-se da cooperação do Brasil no continente africano, ainda se observa outras características específicas. O presidente Lula, em suas visitas à África faz referência ao longo período de escravidão, reconhecendo uma dívida histórica que o Brasil tem com o povo africano, além de um passado em comum. Esse discurso político promovido no governo Lula foi uma forma de estreitar os laços entre Brasil e o continente africano e conseqüentemente aumentar a presença brasileira lá.

In legitimating its development cooperation strategies, Brazil has made effective use of both _political_ and _technical_ similarity claims. As Abdenur (2015, p. 13) puts it, the country has differentiated its development cooperation from Northern aid by emphasizing _solidarity with African partners, especially by highlighting Brazil's past status as a former colony and its shared historical and cultural bonds with Africa_ as well as _compatibility, by claiming that its own development experiences are more similar to those of African countries_. (SHANKLAND; GONÇALVES, 2016, p. 35)

A Cooperação Sul-Sul brasileira traz em seu discurso uma forte abordagem sobre as similaridades históricas como o colonialismo no caso de Brasil e Moçambique. O Brasil afirma que há um processo de desenvolvimento parecido em relação aos países do Sul, sugerindo um caminho para o desenvolvimento que pode ser aplicado em determinado país e replicado em outros. A expertise a usada na CSS seria adaptável a outros países em desenvolvimento fora do contexto doméstico em que o projeto inicial foi estabelecido. Como exemplo, podemos citar o programa de alimentos chamado — Mais Alimentos criado pelo governo Lula e que se tornou uma experiência bastante atrativa aos países africanos.

A ideia de similaridade entre os países do Sul global pode ser vista como uma forma de promoção da equidade entre as partes cooperantes.

Os princípios que orientam a cooperação horizontal consideram que países em condições semelhantes de desenvolvimento estariam mais dispostos a partilhar experiências, tendo em vista a necessidade de diminuição de assimetrias para integração e conquista de mercados. Assim, da maior proximidade em relação a condições estruturais, culturais e ambientais poderiam advir soluções mais adequadas à realidade dos cooperantes, aproveitando-se as

complementaridades existentes entre os países em desenvolvimento e favorecendo-se, por outro lado, a coalizão desses países para mudanças de regras do comércio internacional. (ALMEIDA, 2015, p.90)

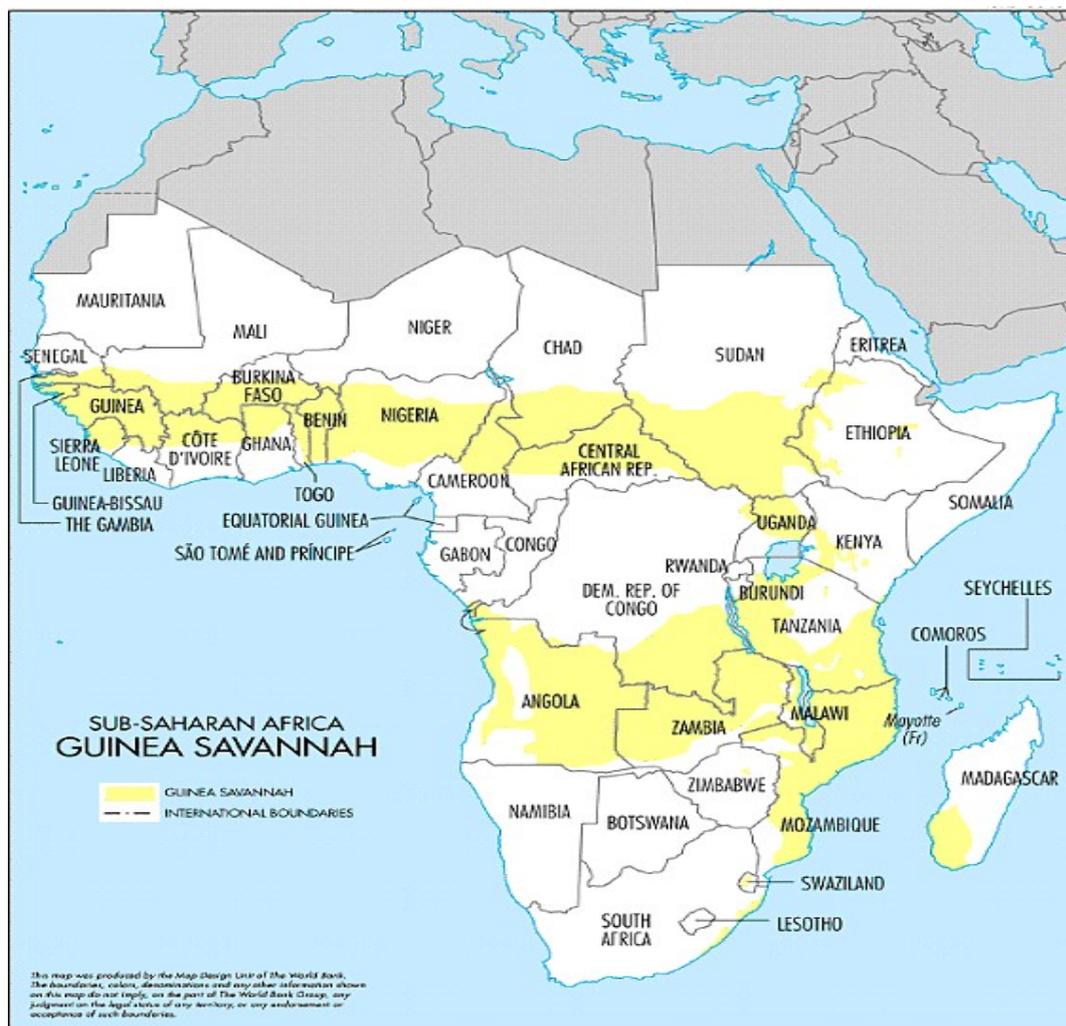
É possível observar que o Brasil, segundo o próprio Governo, através da ABC propaga uma visão integralmente pautada na ajuda ao desenvolvimento dos países. Não há interesses econômicos e políticos, os princípios de Cooperação Sul-Sul são mantidos. Nesse capítulo, buscou-se verificar quais as características e princípios da Cooperação Sul-Sul através do discurso teórico do governo brasileiro. É possível constatar que o Brasil oficialmente tem um grande compromisso com os princípios da Cooperação Sul-Sul, mas é preciso fazer uma análise para averiguar se o discurso se mantém na prática. Para isso, será estudado no próximo capítulo o ProSAVANA, a fim de se avaliar quais os limites entre a teoria e a prática da cooperação brasileira neste caso.

Capítulo 2. ProSAVANA

A savana africana ganhou uma grande visibilidade internacional após a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Mundial (BIRD) publicarem, em 2009, o estudo —Despertando o gigante||. No relatório foi apontado o enorme potencial de cultivo na região da Savana da Guiné , que abrange desde a África do Sul até o Senegal, estimado em 400 milhões de hectares, dos quais apenas 10% encontravam-se utilizados. (AMORIM, 2014, p.2).

Na Figura 1 é possível observar o território africano que constitui a área chamada de Savana da Guiné.

Figura 1 - Mapa da Savana da Guiné



Fonte: FAO

O interesse em cooperar para o desenvolvimento da savana africana foi formalizado em 2009, pelo Brasil e Japão. Todavia, Moçambique só foi definido como o país-alvo para a realização desta cooperação após ser constatada, através de missões técnicas, a semelhança entre o cerrado brasileiro e a savana moçambicana (ROSSI, 2015, p.247). Essa similaridade despertou o interesse sobretudo com a possibilidade de replicação de técnicas agrícolas já utilizadas no cerrado brasileiro durante a década de 1980, através do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (Prodecet).

A partir disso, Japão, Moçambique e Brasil desenvolveram o ProSAVANA, programa de cooperação técnica trilateral sul-sul a ser realizado na savana moçambicana. Os órgãos responsáveis pela execução do projeto são: Agência Brasileira de Cooperação, Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de

Moçambique, e a Agência Japonesa de Cooperação Internacional. O objetivo desse programa, segundo a versão encontrada em seu site oficial, é de

Promover o desenvolvimento agrícola da região da Savana Tropical do Corredor de Nacala visando criar novos modelos de desenvolvimento agrícola, tendo em conta os aspectos ambientais e socioeconômicos, buscando o desenvolvimento agrícola rural e regional orientado para o mercado e com vantagens competitivas. (PROSAVANA)⁶

E como missão do ProSAVANA, é apresentada no site a de -melhorar as condições de vida da população no Corredor de Nacala através de um desenvolvimento agrícola regional sustentável e inclusivo e sua visão de -melhorar e modernizar a agricultura com vista a um aumento da produtividade e produção, e diversificação da produção agrícola e gerar emprego através de investimentos agrícolas e do estabelecimento de cadeias de valor.

O ProSAVANA é oficialmente constituído em três fases: Pesquisa e Investigação, Plano Diretor, e Projeto de Extensão e Modelos.

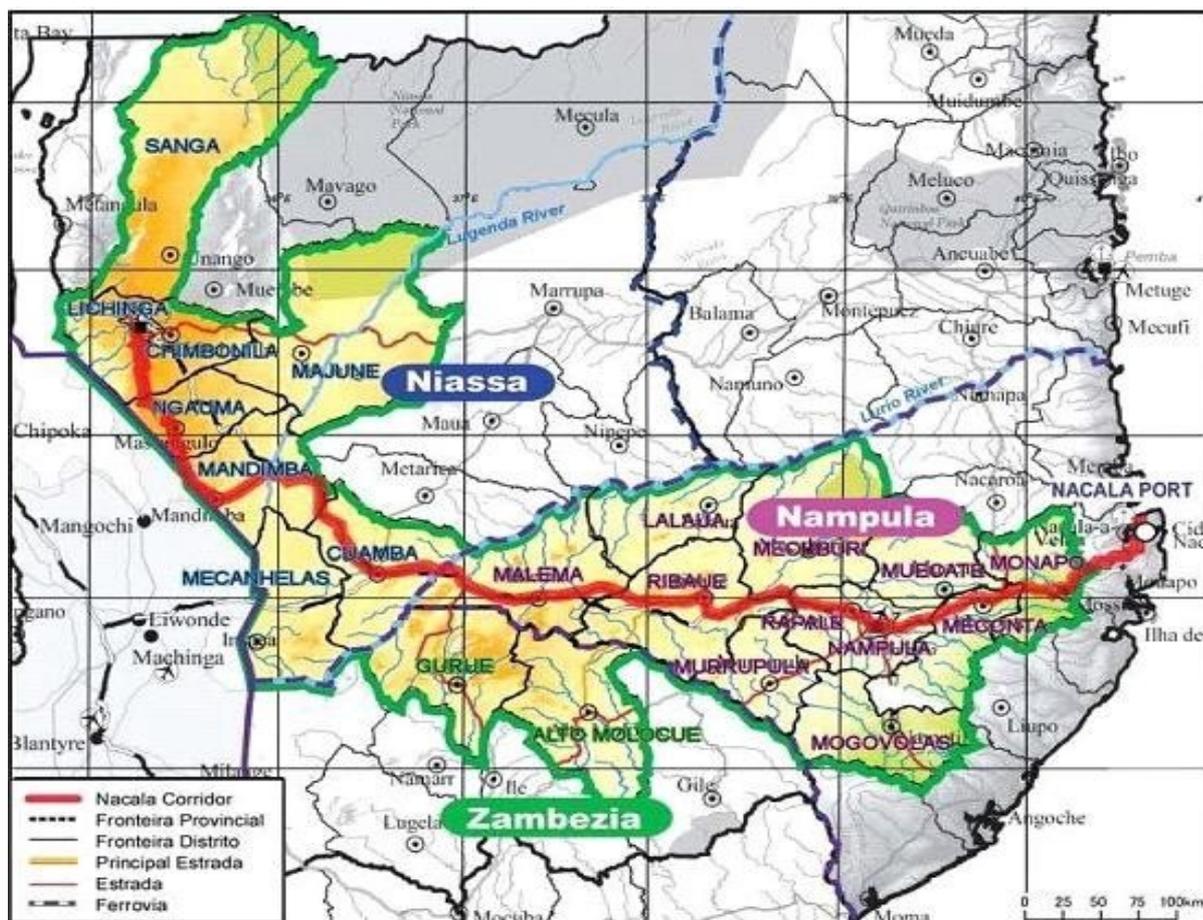
Os três são executados separadamente, por diferentes instituições com pouca articulação entre si. A Embrapa toca a vertente de pesquisa. O Plano Diretor ficou a cargo da FGV Agro, que se define como um think tank voltado ao agronegócio brasileiro e seu desenvolvimento. E as ações de extensão ficaram com a ASBRAER (Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) e o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). O último é ligado à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o grupo ruralista liderado pela ministra da agricultura Kátia Abreu (DEM-TO). (ROSSI, 2015, p 247).

A fase do Projeto de Pesquisa e Investigação, possui um período de duração de cinco anos, visando averiguar as possibilidades de replicação das técnicas utilizadas no cerrado brasileiro na savana moçambicana, ficando à cargo da Embrapa. O Plano Diretor, concentra-se na busca do desenvolvimento agrícola no Corredor de Nacala, à cargo da FGV Agro. O Projeto de Extensão e Modelos, objetiva implementar ações que favoreçam os pequenos agricultores, com a previsão de 10 anos, sendo os responsáveis ASBRAER e SENAR.

Na figura 2 é observado a região do Corredor de Nacala e as estados, chamados de províncias em Moçambique, dessa região.

Figura 2 - Corredor de Nacala

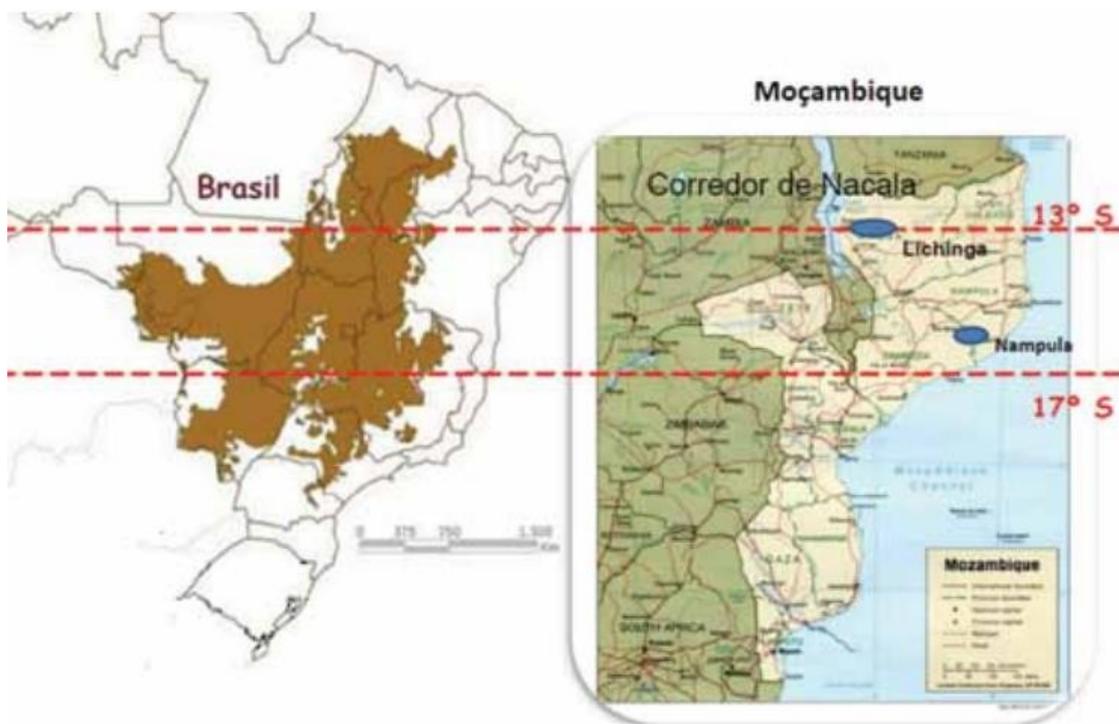
⁶ Fonte: <http://www.prosavana.gov.mz/o-que-e-o-prosavana/?lang=pt-pt>



Fonte: SCHLESINGER, Sergio. "Cooperação e desenvolvimento do Brasil e na África. O caso do ProSavana em Moçambique". Rio de Janeiro: FASE, 2013.

O forte interesse do governo brasileiro e japonês em escolher a área do Corredor de Nacala foi dado pela observância da possibilidade de transferência das técnicas e modelos aprendidos com PRODECER, considerando a similaridade entre as áreas brasileira e moçambicana.

Figura 3 - Comparação do cerrado brasileiro (à esquerda) com a savana moçambicana (à direita)



Fonte: Embrapa Apud Ipea, p. 58

Apesar das promessas de desenvolvimento relacionado à transformação da região do Corredor de Nacala em um extenso celeiro agrícola, a ideia de replicar em Moçambique um programa nos moldes do PRODECER é contestado pela sociedade civil moçambicana organizada. Isso porque O PRODECER criou no cerrado brasileiro um modelo de produção agroexportador que fortemente criticado em razão de suas consequências sociais e ambientais no país. Para compreender melhor quais são as consequências da replicação do PRODECER em Moçambique através do ProSAVANA e conseqüentemente a origem das preocupações das organizações da sociedade civil e descontentamento dos camponeses no Corredor de Nacala, é preciso analisar quais foram os impactos que esse modelo de desenvolvimento agrário trouxe para o cerrado brasileiro.

O PRODECER está inserido no contexto da Revolução-Verde brasileira, movimento que buscava maximizar a produtividade agrícola através do uso agrotóxicos, fertilizantes sintéticos e mecanização. Surgiu sob o pretexto de erradicação da fome através da maximização da produção. No entanto, este modelo

acabou não sendo eficaz em sua proposta e desencadeou e atuou desencadeamento de problemas sociais e ambientais:.

Os resultados da Revolução Verde se revelaram -sombrios, pois em todos os países onde se implantava o conjunto tecnológico, eram ocupadas as melhores terras ou aquelas que poderiam ser melhoradas pelo uso da técnica e quem se beneficiava dos resultados eram os produtores com melhores possibilidades financeiras. E como consequência houve uma -rápida e excessiva alta nos preços dos arrendamentos e no valor das terras; expulsão dos camponeses do campo; concentração de propriedades; lucros de poucos a ruína de muitos (GUIMARÃES, 1979, p. 225). Aumentou a venda de insumos agrícolas modernos: -máquinas, equipamentos, implementos, fertilizantes, defensivos, pesticidas, etc (BRUM, 1988, p. 49). (INOCENCIO, 2010, p.66)

Além disso, em relação à aplicação do ProSAVANA em Moçambique, é observado que há uma seletividade na transmissão da informação. Por exemplo, exalta-se a potencialidade econômica que o projeto pode proporcionar em Moçambique, mas há uma omissão de suas possíveis consequências, como as citadas anteriormente.

While ProSAVANA explicitly seeks to replicate the experience of PRODECER in Brazil's cerrado biome, virtually all socio-environmental impacts resulting from PRODECER have remained conspicuously absent from the ProSAVANA narrative. Thus, questions are being raised as to whether the 'Brazilian model' in Mozambique's Nacala Corridor will lead to poverty alleviation, food security, jobs and sustainable development, as the leaderships of both countries claim (Rangel 2011), especially given that such promises of capitalist agriculture in Brazil remain largely unfulfilled (Oliveira, 2001). (CLEMENTS; FERNANDES, 2013, p.43)

2.1 O ProSAVANA e as necessidades moçambicanas

É necessário ressaltar que o Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique (INE) apontava, em 2010, uma população moçambicana majoritariamente rural (70% da população) e dependente da agricultura de subsistência, sistema produtivo predominante no país. Moçambique também ocupava e ainda ocupa o ranking de um dos 10 países de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo, contando com um grande número de população que vive em condições de insegurança alimentar, associado também com as nuances climáticas que fazem com que o rendimento dos produtos agrícolas seja baixo e imprevisível. Na época

em que o ProSavana começou a ser discutido, a expectativa de vida moçambicana era de 52 anos (JUSTIÇA AMBIENTAL, 2011; SCHLESINGER, 2013).

Segundo o Secretariado Técnico para Segurança Alimentar e Nutricional de Moçambique (SETSAN), cerca de 35% das famílias moçambicanas encontra-se em situação de insegurança alimentar crónica e as províncias com a maior incidência de insegurança alimentar crónica são Zambézia (35,6%), Tete (34,6%), Maputo (34,4%) e Inhambane (29,5%) (Fian Internacional, 2010; Suárez e Borrás Jr., 2010 Apud JUSTIÇA AMBIENTAL, 2011, p.9)

Visto que a objeção principal das organizações da sociedade civil diz respeito ao estabelecimento de um modelo agroexportador como foi feito no cerrado brasileiro, buscaremos dar ênfase no Plano Diretor, o projeto responsável para a promoção do agronegócio.

O Plano Diretor é considerado o cérebro do ProSAVANA, traçando as ações que devem ser implementadas, até 2030, para criar um pólo agrícola no Corredor de Nacala. O objetivo é que a agricultura na região não seja mais orientada para a subsistência, mas para o mercado. [...] Empresas de processamento agrícola, por exemplo, fábricas de farinha e de alimentos industrializados, se instalaram na região para comprar a colheita local. Além disso, seriam atraídos investidores para plantar culturas com alto valor de mercado, voltadas para a exportação - soja e gergelim, principalmente. (ROSSI, 2015, p. 253)

Estudos revelam que a agricultura familiar é o modelo que melhor age para garantir a segurança familiar, sendo o modelo que alimenta o Brasil.

Principal responsável pela comida que chega às mesas das famílias brasileiras, a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o País.[...] O pequeno agricultor ocupa hoje papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%) são alguns grupos de alimentos com forte presença da agricultura familiar na produção. (PORTAL BRASIL, 2015)

Considerando-se que Moçambique é um país que ainda sofre com insegurança alimentar, é importante pensar em um modelo agrícola que corresponda a tais necessidades urgentes. Em contramão, o ProSAVANA, através do Plano Diretor busca reproduzir um modelo de monocultura agroexportadora que não está alinhado com as reais necessidades da sociedade moçambicana. Além disso, consta na Constituição moçambicana que -o Estado incentiva e apoia a produção do

sector familiar e encoraja os camponeses, bem como os trabalhadores individuais, a organizarem-se em formas mais avançadas de produção. (JUSTIÇA AMBIENTAL, 2011, p. 25).

2.2 Negócios no Corredor de Nacala

Além da lacuna de informação do Plano Diretor que tem preocupado as organizações da sociedade civil em Moçambique, o objetivo de atrair capital estrangeiro é outra parte alarmante dessa etapa do ProSAVANA. Isso porque a presença do Brasil enquanto um doador internacional em Moçambique torna-se contraditória com os princípios de Cooperação Sul-Sul, uma vez que o desinteresse econômico é colocado em questão devido a observância de como o governo brasileiro possa ter estimulado a entrada desse capital estrangeiro.

A FGV Agro, agente responsável pelo Plano Diretor, desenvolveu o Fundo de Nacala, um grande projeto para arrecadação de fundos. O Fundo de Nacala tem como —objetivo implementar projetos agroindustriais e de infraestrutura na região do Corredor de Nacala

O próprio governo brasileiro, representado pela ABC, foi um dos promotores do Fundo de Nacala em seu lançamento. O anúncio foi feito em 2012 pela FGV.

O projeto é uma iniciativa inédita promovida pela FGV, Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Japan International Cooperation Agency (Jica), Embrapa, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Moçambique, pelo Ministério de Agricultura da República de Moçambique (Minag). (-FGV Notícias, 2012)

O Fundo de Nacala já estava presente dentro do projeto de Plano Diretor liberado em 2013, o que gerou questionamento e críticas de organizações:

In addition to technical cooperation in agricultural research and extension using experience and know-how from Brazil, ProSAVANA's design included a "Master Plan" component intended to guide significant private-sector investment in commercial agriculture and agro-processing in its target region, the Nacala Corridor in Northern Mozambique. (SHANKLAND; GONÇALVES, 2016, p.36)

O Fundo de Nacala despertou o interesse de agricultores brasileiros em Moçambique por apresentar bons resultados para a — replicação de um modelo

implementado no Brasil, e pela fácil e barata aquisição do direito de uso de terras por parte das empreiteiras estrangeiras em Moçambique. O proSAVANA parte da concessão de terras, que em Moçambique pertencem ao Estado, consideradas ociosas, por 50 anos às empresas estrangeiras, sendo esse período renovável por mais 50 anos, mediante ao pagamento anual de um imposto de 37,50 meticais, menos de dois reais na conversão atual. (ROSSI, 2015; SCHLESINGER, 2013)

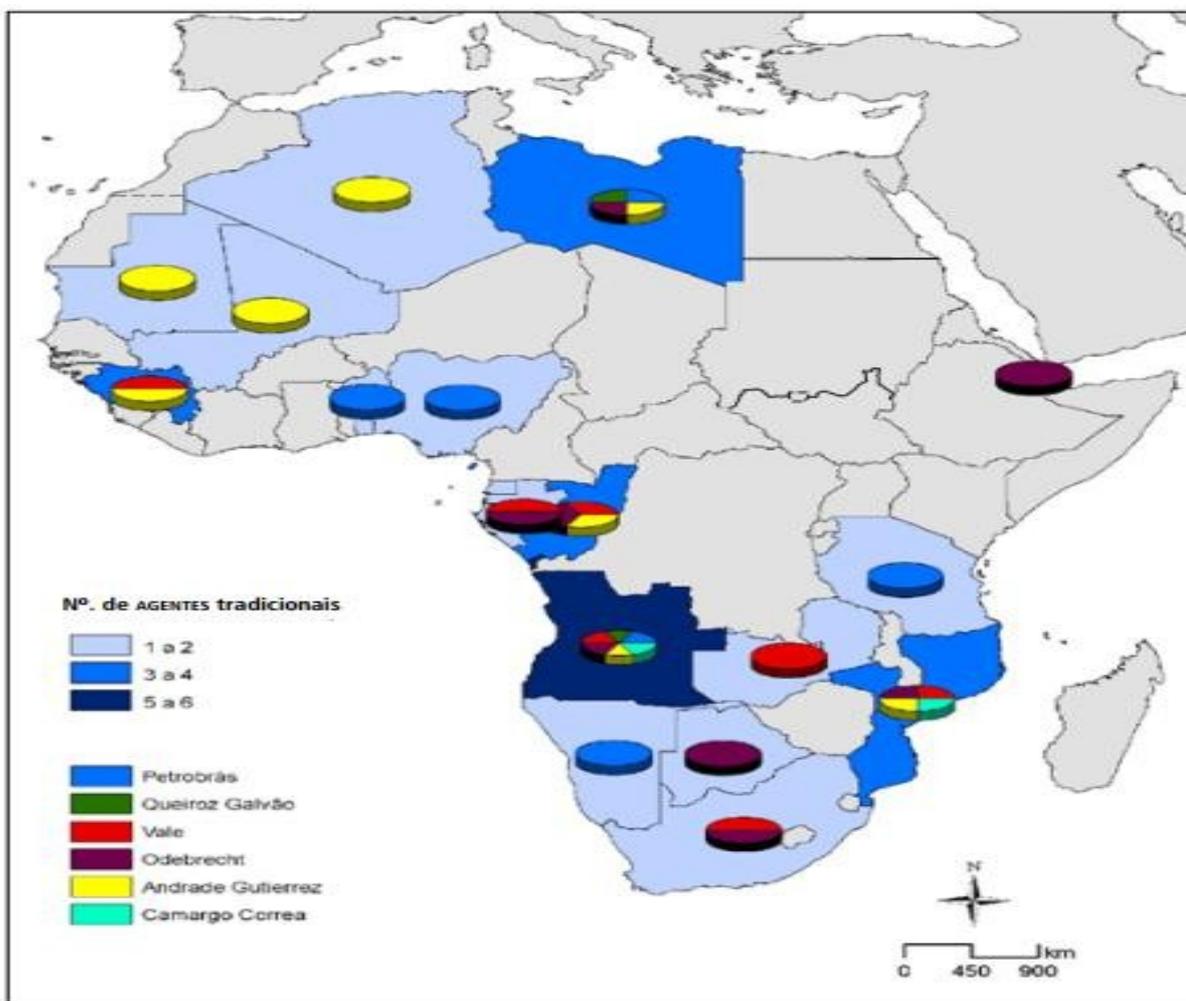
É importante ressaltar que a agricultura é um fonte de renda ainda muito importante em Moçambique e a maior parte dos agricultores produz em pequena escala. Deste modo, a competição com agricultores brasileiros torna-se ainda mais difícil e a implementação de modelos agroexportadores não gera empregos suficientes para a população rural.

Os pequenos agricultores dominam o setor agrícola de Moçambique: 99,6% das propriedades rurais de Moçambique cobrem uma área de menos de 10 ha, com 72% delas menores do que 2 ha (Hanlon and Smart 2012). Além disso, 95% da produção agrícola total é proveniente de famílias rurais (propriedades rurais pequenas e médias); os outros 5% são provenientes de cerca de 400 grandes propriedades rurais comerciais, que produzem culturas de rendimento, como o açúcar, tabaco e chá (MINAG 2010). (EKMAN; CARMEN.2016, p. 3)

A presença privada brasileira em Moçambique vai além do agronegócio Os investimentos privados, sobretudo o Fundo de Nacala, surgiram em decorrência do ProSAVANA. Esses mesmo investimentos são denunciados pelas organizações da sociedade civil como parte responsável pelo processo usurpação de terras. A população rural do Corredor de Nacala tem experimentado desde a implementação do ProSAVANA uma série de insatisfações e de violações aos Direitos Humanos, como por exemplo a dificuldade do acesso à água, restringido com a entrada de empresas brasileiras nas terras consideradas disponíveis. A comunidade de Chikwett, por exemplo, já encontra maiores dificuldades em relação ao acesso à água potável, sendo obrigada a percorrer maiores distâncias em busca de recursos hídricos. Com necessidade de se ressaltar que o acesso à água não é direito previsto pela Constituição moçambicana e que que a mobilidade no país é reduzida por falta de estradas ou estradas e transportes públicos precários. (JUSTIÇA AMBIENTAL, 2011)

Nesse mapa é visto a grande presença de empresas brasileiras pelo continente africano.

Figura 4 - A presença privada brasileira em Moçambique



Fonte: Ipea

Os investimentos privados, sobretudo o Fundo de Nacala, que surgiram em decorrência do ProSAVANA. Esses mesmos investimentos crescem a denúncia de usurpação de terras pelas organizações da sociedade civil.

A população rural do Corredor de Nacala tem experimentado desde a implementação do ProSAVANA uma série de insatisfações e de violações aos Direitos Humanos.

Com a observância das insatisfações da sociedade civil com os resultados do ProSAVANA é levantado o questionamento sobre a responsabilidade do Brasil enquanto um doador da Cooperação Sul-Sul. O aspecto privado mescla com o aspecto de cooperação ao perceber que um impulsionou o outro, colocando em questão o aspecto de desinteresse econômico da cooperação sul-sul. A FGV Agro,

responsável pelo Plano Diretor, é a instituição que fica a frente da promoção do agronegócio brasileiro em Moçambique, através do Fundo de Nacala.

A iniciativa privada mais importante do Brasil em Moçambique é um intrincado empreendimento de produção de grãos e venda de sementes, fertilizantes, agroquímicos. É elaborada pela FGV Agro, a mesma instituição responsável pelo Plano Diretor do ProSAVANA, um indicativo de que os propósitos de cooperação e econômicos se imiscuíram em determinado momento. As equipes envolvidas nos dois eixos são diferentes, mas trocam informações. (ROSSI, 2015, p. 263).

É visto que as agências brasileiras envolvidas na cooperação agem favorecendo as empresas e investidores brasileiros. Como aponta ROSSI (2015, p.247), é contraditório observar que enquanto em teoria o ProSAVANA beneficia pequenos produtores e agricultura familiar, Embrapa, FGV Agro e SENAR têm vínculo com o agronegócio. E, além disso, as instituições brasileiras que lidam diretamente com o desenvolvimento da agricultura familiar não estão envolvidas no ProSAVANA. Desse modo, é possível considerar que o ProSAVANA serviu como um impulsionador para o crescimento do agronegócio brasileiro em Moçambique. O Brasil teria se utilizado de um programa de cooperação sul-sul, que deveria ser desinteressado, para estimular a abertura moçambicana em receber investimento estrangeiro, sendo o próprio Brasil um país fortemente presente e interessado em Moçambique, que tem utilizado o país africano para a promoção e internacionalização de empresas brasileiras. A premissa do apoio aos Estados semelhantes é colocada em análise pelas contradições de uma cooperação que não segue os princípios de Cooperação Sul-Sul.

2.3 TRANSPARÊNCIA E USURPAÇÃO DE TERRAS

A sociedade civil em Moçambique critica também a falta de transparência e precário fluxo de informação, sobretudo do Plano Diretor, com a principal camada da população a ser afetada pelo ProSAVANA: os pequenos agricultores que vivem nas terras onde o projeto está sendo implantado. A falta de transparência e participação da sociedade das comunidades rurais aumenta o medo relacionado a um cenário de usurpação de terras, como levantado pela Justiça Ambiental no relatório —Senhores da Terra||, lançado em 2011. A Organização explica:

O fenómeno de usurpação de terra ocorre em Moçambique e é facilitado pelas inúmeras falhas em todo o processo de atribuição do Direito de Uso e Aproveitamento de terra, beneficiando os investidores em detrimento das comunidades rurais. Constituem factores que contribuem para o fenómeno de usurpação de terra, o fraco conhecimento das comunidades sobre os seus direitos e lei de terras, a fraqueza institucional dos governos locais, a corrupção de autoridades e líderes comunitários e a falta de consciência sobre os benefícios dos processos formais de posse de terra. A maior agravante neste fenómeno é a vulnerabilidade resultante das inúmeras carências características da pobreza a que estas comunidades estão sujeitas leva a que estas sejam facilmente ludibriadas com promessas de melhoria de condições básicas de vida. (JUSTIÇA AMBIENTAL, 2011, p. 2)

As agências responsáveis não transmitem informações concretas e precisas sobre quais serão os impactos do Plano Diretor no Corredor de Nacala. Principalmente pelo projeto basear-se na disponibilização de terras consideradas disponíveis, que não necessariamente são terras inabitadas. Com isso surge o questionamento se os pequenos produtores serão realmente beneficiados com o projeto, se eles estão inclusos no processo de desenvolvimento ou se o ProSAVANA irá promover a usurpação de terras e marginalização das populações locais.

Fears that ProSAVANA might serve as a catalyst for landgrabbing were aggravated by the fact that the agencies responsible for the program were initially quite secretive about what exactly it was supposed to do in the Nacala Corridor. Uncertainty and mistrust were generated as contradictory information about key issues—including the role of smallholder farmers—was relayed. (SHANKLAND; GONÇALVES, 2016, p.38)

Como resposta às críticas em relação a falta de informação sobre o Projeto, o governo moçambicano começou a organizar consultas públicas a fim de disseminar informações corretas, em uma resposta ao que eram considerados boatos. Também pretendia-se coletar opiniões, questionamentos e demandas, que seriam levados em conta na preparação do Plano Diretor. (ROSSI, 2015, p. 254)

Depois que a oposição ao ProSAVANA começou a ganhar corpo, foram organizadas consultas públicas em todas as regiões do Corredor de Nacala. O objetivo era -disseminar informações corretas, em uma resposta ao que eram considerados boatos. Também pretendia-se -coletar opiniões, questionamentos e demandas, que seriam levados em conta na preparação do Plano Diretor. No primeiro semestre de 2013, foram ouvidas cerca de mil agricultores. (ROSSI, 2015, p. 254)

Todavia o processo de consulta pública, de acordo com a Justiça Ambiental, como ineficaz e ineficiente, por não conseguir promover o diálogo entre as comunidades envolvidas. Observou-se problemas de participação efetiva nas consultas públicas, que apresentaram um carácter mais informativo do que consultivo.

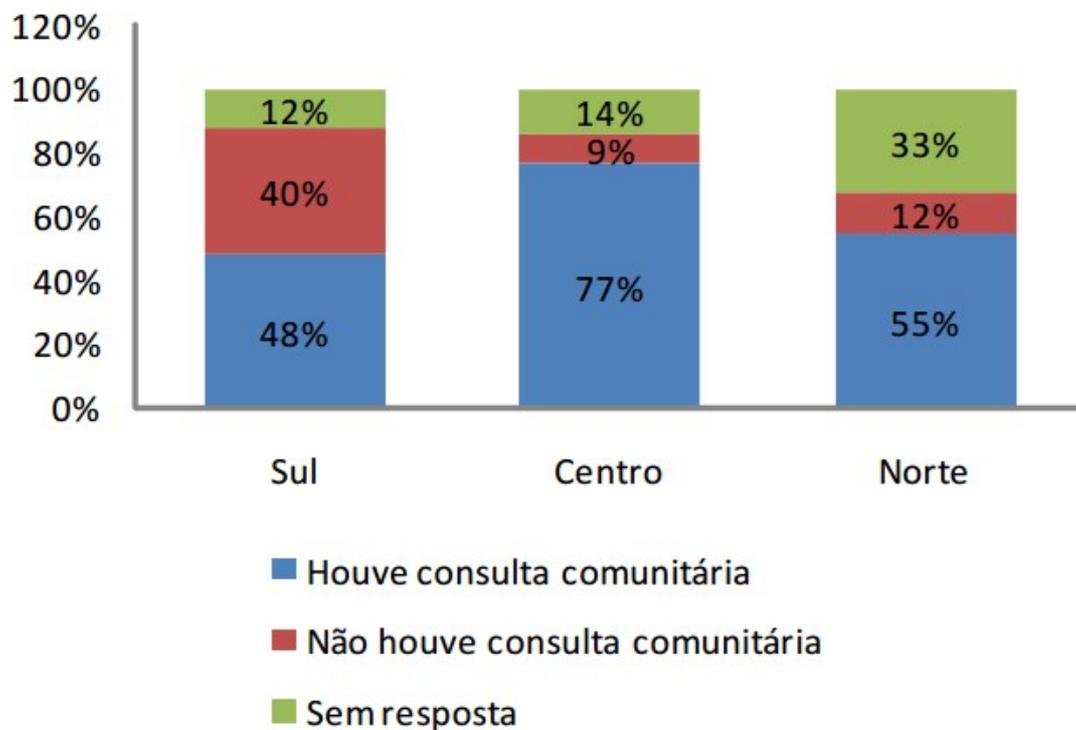
A realização de um processo de consulta proporciona às empresas uma oportunidade de mostrar o seu envolvimento com a comunidade, sem grande evidência sobre o modo em que foi levada a cabo. A consulta, na verdade, não parece ser o termo mais adequado ao que de facto tem ocorrido, visto que o termo implica diálogo. Uma das perguntas colocada à comunidade foi se foram levantadas questões críticas durante a consulta, ao que a resposta foi sempre negativa, não constituindo surpresa pois as comunidades rurais não se encontram em posição de questionar os potenciais impactos e desvantagens a longo prazo dos projectos, deixando-se levar pela perspectiva de curto prazo apresentada, a geração de emprego. Em muitos casos, apenas as elites locais são envolvidas no processo de consulta. Foram encontrados alguns líderes comunitários que tinham pessoalmente aprovado projectos nas suas comunidades, apesar da oposição generalizada dentro da comunidade. (JUSTIÇA AMBIENTAL, 2011, p.30)

No relatório Senhores da Terra é apresentada a percentagem das consultas realizadas no processo de titulação do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT)⁷, análise três áreas do país: Sul, Centro e Norte. Na área do Corredor de Nacala, região norte, os dados são insatisfatórios pois apenas 55% da população afirma ter sido consultada.

No gráfico a seguir é visto qual foi a participação da sociedade nas consultas comunitárias.

⁷ O DUAT é uma permissão para se fazer o uso da terra pois em Moçambique a terra é propriedade do Estado. No site oficial do Governo Moçambicano é encontrado: -Na República de Moçambique a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, ou por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada. Como meio universal de criação da riqueza e do bem-estar social, o uso e aproveitamento da terra é direito de todo povo moçambicano. (PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE).

Gráfico 1 - Processos de consulta pública em Moçambique



Fonte: Justiça Ambiental, 2011, p.30.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda há um amplo debate para tentar distinguir a Cooperação Norte-Sul e Cooperação Sul-Sul, principalmente pelo fato de que o boom da Cooperação Sul-Sul é um fenômeno recente e ainda carece de literatura. É possível dizer que essa traz em seu discurso teórico novas premissas, que são mais alinhadas com as necessidades e reivindicações dos países do sul. Por outro lado, é considerável, ao analisar a atuação prática dos países doadores do sul, que existem incongruências entre o discurso e a prática. Neste trabalho, buscou-se a analisar o discurso e a prática brasileira como país promotor da Cooperação Sul-Sul em relação a criação e implementação do ProSAVANA em Moçambique.

Através da observância do aumento de investimento privado em terras moçambicanas, havendo uma ampla abertura desse processo por meio da implementação de programas de cunho cooperativo, é possível afirmar que os programas da Cooperação Sul-Sul não são totalmente isentos de interesses econômicos do país doador, como é o caso da atuação do Brasil em Moçambique no ProSAVANA. Ao mesmo tempo em que o investimento brasileiro em cooperação internacional para o desenvolvimento em terras moçambicanas aumentou, sobretudo

a partir do governo Lula, aumentou também a presença dos setor privado brasileiro no país africano. É expressiva a extensão do investimento privado brasileiro em terras moçambicanas, sendo que as pesquisas sobre a savana moçambicana feita pelo ProSAVANA serviu como um grande impulsionador e propagador do interesse brasileiro na exploração do território do Corredor de Nacala, ou seja, as próprias agências envolvidas no programa de cooperação ajudaram indiretamente na facilitação da presença privada brasileira. Nesse sentido, podemos citar o caso da FGV Agro que ao mesmo tempo que estava ligada ao Plano Diretor, fomentou um grande projeto de cunho privado, o Fundo de Nacala.

No estudo sobre o caso do ProSAVANA ficou notório que existe uma dualidade entre cooperação para o desenvolvimento e a expansão internacional de empresas brasileiras.. Desse modo, é possível concluir que o ProSAVANA foi um ponto de entrada ou até mesmo uma forma de lobby do governo brasileiro para atrair investidores do agronegócio no Brasil. Esse arranjo promovendo a internacionalização das empresas brasileiras é benéfico em termos financeiros para o Brasil, amplificando o potencial econômico do país, mas é incondizente com o princípio de ajuda sem interesses econômicos defendidos pela Cooperação Sul-Sul. Sendo assim, é possível afirmar que os doadores emergentes podem reproduzir os comportamentos da cooperação de desenvolvimento que esses próprios países do sul criticam.

Ainda sobre incongruência entre discurso e prática, é observado falhas na premissa de que o país receptor deveria participar ativamente no processo decisório em novos acordos de cooperação. Observou-se inadequações em relação a esse princípio. Através de denúncias e reivindicações da sociedade civil é visto que a população rural do Corredor de Nacala demonstra-se insatisfeita com o estabelecimento de negócios estrangeiros, intensificados a partir do estabelecimento do ProSAVANA e até mesmo com o ProSAVANA. Com isso, levanta-se o questionamento sobre a participação da sociedade receptora no processo de implementação e execução. A inclusão do povo moçambicano ou se fez de forma incoerente ou até mesmo não foi feita.

A transparência de informações é outro forte problema encontrado. Uma das mais fortes críticas foi a falta de transparência em relação ao ProSAVANA, deixando

os principais afetados pelo estabelecimento do ProSAVANA sem informações suficientes sobre o andamento e consequências do programa.

A Cooperação Sul-Sul traz consigo aspectos disruptivos de desenvolvimento, quebrando um antigo paradigma vertical da Cooperação Norte-Sul. O potencial desse tipo de cooperação para o desenvolvimento é alto, sobretudo por conta das similaridades de um país com o outro. Em contrapartida, para se conquistar o seu real potencial é preciso de princípios teóricos e prática estejam em sinergia, surgindo um novo tipo de cooperação que anda verdadeiramente em outro caminho. O objetivo dessa consideração final não é fomentar um jogo de culpados, mas sim estimular uma reflexão sobre aspectos que visam o aprimoramento de um tipo de cooperação que tem grande potencial de preencher as lacunas e verticalidade promovida pela Cooperação Sul-Sul.

Ao se analisar o desempenho do Brasil enquanto um doador internacional para o desenvolvimento no ProSAVANA, é possível notar incongruências entre discurso e prática. Através dessa análise é possível entender os pontos em que os agentes nacionais envolvidos no processo de cooperação devem revisar para alinhar a prática com o discurso teórico. O potencial de uma cooperação mais horizontal, sem condicionalidades, sem interesses (políticos, econômicos, sociais), participativa é enorme e pode trazer uma grande assistência aos países em desenvolvimento. A criação da Cooperação Sul-Sul tem seu DNA uma forte mensagem de resistência dos países do sul à uma forma de cooperação que trazia dependência e assimetrias aos países em desenvolvimento. Contudo, é preciso maior observância sobre os programas implementados, compromisso dos países doadores e a participação ativa da sociedade civil, pois é visto que a pressão das organizações da sociedade civil organizada tem sido uma peça chave para reivindicar uma Cooperação Sul-Sul a atue conforme dizem os princípios por eles defendidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Documento de Estratégia da Agência Brasileira de Cooperação. Publicações. 20 de setembro, 2016. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/publicacoes>

ALMEIDA, Celia Maria de et al. A concepção brasileira de —cooperação Sul-Sul estruturante em saúde". Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, mar. 2010. Disponível em: <http://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/696>. Acesso em: 13 jul 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.3395/reciis.v4i1.696>.

ALMEIDA, Elga Lessa de. Entre o discurso solidário e a ação pragmática: o sentido da cooperação técnica brasileira em Moçambique no governo Lula da Silva. 2015.

BAIARDI, Amílcar; RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. A cooperação internacional norte-sul na ciência e na tecnologia: gênese e evolução. Cad. CRH, Salvador, v. 24, n. 63, p. 593-608, Dec. 2011. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000300009&lng=en&nrm=iso. access on 25 Jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000300009>

BESHARATI, Neissan; ESTEVES, Paulo. The BRICS, south-south cooperation and the international development field. Contexto int., Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 289-330, Apr. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292015000100289&lng=en&nrm=iso. Acesso on 06 Dec. 2017.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul / Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 2013. Disponível em: http://www.abc.gov.br/content/abc/docs/manual_sulsul_final-diagramado_corrigido_23-04-2014.pdf. Acesso em 12 de dezembro de 2017

CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. Land grabbing, agribusiness and the peasantry in Brazil and Mozambique. Agrarian South: Journal of Political Economy, v. 2, n. 1, p. 41-69, 2013.

COOPERAÇÃO Técnica—. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3686-cooperacao-tecnica>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

DA COSTA MATOS, Aureliano; BERNARDI, Cristina Costa; SILVA, Heithel Souza. Gestão de Projetos de Cooperação Técnica Internacional: A experiência do IICA no Brasil. 2010. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/B2178P/B2178P.PDF>>. Acesso em 12 de dezembro de 2017

DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. ABC. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/684>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2017

Ekman S-MS e Carmen Stella Macamo. 2016. Cooperação do Brasil para o Desenvolvimento da Agricultura: Um Estudo Preliminar sobre o ProSavana em Moçambique, com Implicações para as Florestas. Documento de Trabalho 216. Bogor, Indonésia: CIFOR.

http://www.cifor.org/publications/pdf_files/WPapers/WP216Ekman.pdf

Elizabeth Alice Clements, Bernardo Mançano Fernandes *Agrarian South: Journal of Political Economy* Vol 2, Issue 1, pp. 41 - 69 First Published June 26, 2013 <https://doi.org/10.1177/2277976013477185>

EUROPEAN NAVIGATOR. Final Communiqué of the Asian-African conference of Bandung (24 April 1955). Disponível em: <http://franke.uchicago.edu/Final_Communique_Bandung_1955.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2018.

AMORIM, Alice. Fundo Nacala: Estrutura original e desdobramentos. Fase: Solidariedade e Educação. Rio de Janeiro, p. 3-15. mar. 2015. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Fundo_Nacala_Final.pdf>. Acesso em: 08 set. 2017.

FGV NOTÍCIAS . FGV. FGV Projetos e GVAgro lançam Fundo Nacala nesta quarta-feira, em Brasília. 02 de Julho, 2012. Disponível em: <<http://fgvnoticias.fgv.br/pt-br/noticia/fgv-projetos-e-gvagro-lancam-fundo-nacala-nesta-quarta-feira-em-brasilia#>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

Histórico da Cooperação Técnica Brasileira. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/cooperacaotecnica/historico>>. Acesso em: 07 nov. 2017

INOCÊNCIO, Maria Erlan. PROCEDER and the wefts of power in the territorial capital in the Cerrado. 2010. 271 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) -

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em:
<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2736>

JUSTIÇA AMBIENTAL. —Os Senhores da Terra - Análise Preliminar do Fenômeno de Usurpação de Terra em Moçambique||. Maputo: Justiça Ambiental e UNAC, 2011

KRAYCHETE, Elsa Sousa. Desenvolvimento e cooperação internacional. Caderno Crh, [s.l.], v. 25, n. 65, p.183-186, ago. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792012000200001>.

MANCCINI, Giulia. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Portal de e-governo, inclusão digital e inclusão do conhecimento. junho 2013. Disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/coopera%C3%A7%C3%A3o-internacional-para-o-desenvolvimento-mecanismos-hist%C3%B3ria-e-efic%C3%A1cia> Acesso em 20 de dezembro de 2017

MANCCINI, Giulia. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: MECANISMOS, HISTÓRIA E EFICÁCIA. 2013. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/cooperacao-internacional-para-o-desenvolvimento-mecanismos-historia-e-eficacia>. Acesso em: 06 jun. 2017

MILANI, Carlos R. S.. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. Cad. CRH, Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, Aug. 2012—. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000200003&lng=en&nrm=iso. access on 16 Jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000200003>.

MUNOZ, Enara Echart. A COOPERAÇÃO SUL-SUL DO BRASIL COM A ÁFRICA. Cad. CRH, Salvador, v. 29, n. 76, p. 9-12, abr. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792016000100009&lng=pt&nrm=iso. acessos em 06 dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792016000100001>.

PINTO, Tales Dos Santos. "O que é Plano Marshall?"; *Brasil Escola*. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-plano-marshall.htm>. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

PORTAL BRASIL . (Brasil). Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>. Acesso em: 05 nov. 2017.

PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. Moçambique . Direito do Uso e Aproveitamento de Terra. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Cidadao/Informacao/Direito-do-Uso-e-Aproveitamento-de-Terra>. Acesso em: 07 jan. 2018.

ROSSI, Amanda. Moçambique, o Brasil é aqui: uma investigação sobre os negócios brasileiros na África. Editora Record, 2015.

PROGRAMA de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA). Disponível em: <<http://www.prosavana.gov.mz/o-que-e-o-prosavana/?lang=pt-pt>>. Acesso em: 12 set. 2017.

SÁNCHEZ, Erick Román. COOPERACIÓN Y DESARROLLO: NUEVE PREGUNTAS SOBRE EL TEMA. Castilla Y León: AMYCOS, 2002. 126 p. Disponível em: <http://ciberoamericana.com/documentos/introcoopdes/Cooperacion_y_desarrollo_Nueve_preguntas_sobre_el_tema.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2017.

SANTOS, Roberta de Freitas; CERQUEIRA, Mateus Rodrigues. Cooperação Sul-Sul: experiências brasileiras na América do Sul e na África. Hist Cienc Saude Manguinhos, p. p. 23-47, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v22n1/pt_0104-5970-hcsm-22-01-00023.pdf>. Acesso em 02 de dezembro de 2017

SCHLESINGER, Sergio. "Cooperação e desenvolvimento do Brasil e na África. O caso do ProSavana em Moçambique". Rio de Janeiro: FASE, 2013.

SHANKLAND, Alex; GONÇALVES, Euclides. Imagining agricultural development in south-south cooperation: The contestation and transformation of ProSAVANA. World development, v. 81, p. 35-46, 2016. Disponível em: <<http://daneshyari.com/article/preview/988289.pdf>>. Acesso em 17 de novembro de 2017

Soares De Lima, Maria Regina, A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. Revista Brasileira de Política Internacional [en linea] 2005, 48 (janeiro-junho)—: Data de acesso em 17 de janeiro de 2018] Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35848102>>_ISSN 0034-7329

SOUZA, André de Mello et al. Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. 2014. Disponível em: <https://carlosmilani.files.wordpress.com/2015/09/repensando_a_cooperacao_web.pdf>. Acesso em 26 dezembro 2017

TATIM, João Marcos. As relações Brasil-Moçambique : a cooperação técnica como propulsora do desenvolvimento moçambicano (2003-2012). 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/103972>> Acesso em 06 de dezembro de 2017

VALE, Horácio Eduardo Gomes. Princípio da cooperação internacional. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 3864, 29 jan. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/26542>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

The Ministry of Foreign Affairs, Republic of Indonesia (Ed.). Asia-Africa speak from Bandung. Djakarta: 1955, pp. 161-169.

-World Bank. 2009. Awakening Africa's Sleeping Giant: Prospects for Commercial Agriculture in the Guinea Savannah Zone and Beyond. Directions in Development ; agriculture and rural development. World Bank. © World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2640> License: CC BY 3.0 IGO. -